



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



## A METÁFORA DA MÁSCARA NA TRANSIÇÃO DA SOCIEDADE FEUDAL PARA A BURGUESA

**Paulo Edyr Bueno de Camargo**

**UEMS/CG**

Este estudo objetiva compreender o processo de transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa. Esta transição não se deu de forma abrupta e nem foi fruto do esforço de homens excepcionais. O nosso entendimento da história aponta a sua compreensão no desvelamento do combate das classes sociais com interesses antagônicos atuantes naquele período.

De um lado, a nova classe social que começa a se formar a partir do século XI, com o crescimento das cidades surgidas em torno do castelo do senhor feudal e no entroncamento das estradas. Estas cidades eram chamadas de burgos, daí o nome que recebe os seus habitantes: burgueses. A classe social denominada burguesia, composta de mercadores, será a responsável pela desintegração do feudalismo, a partir do século XV.

Do outro lado, temos a nobreza e o clero como representantes e forças dominantes no antigo regime: o feudalismo. As idas e vindas, avanços e recuos na luta entre a nova classe em ascensão e a velha classe dominante definirão o processo de transição da sociedade feudal para a burguesa.

Falamos em processo, pois os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal. Portanto, já no interior da própria sociedade, podemos observar o germe de outra forma de organização social. A mudança não foi abrupta e levou muitos séculos até a sua consumação.

De acordo com o historiador marxista Eric Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*, vivemos numa “[...] civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 16). De maneira que optamos pela denominação sociedade burguesa ao invés de liberal ou capitalista.

O Humanismo, a Reforma e o Iluminismo denotam o grau de desenvolvimento das forças produtivas promovidas pela burguesia e constituem o eixo balizador do grau de acirramento na luta contra o antigo regime feudal.

O estudo do Humanismo será centrado, principalmente, em dois autores: Erasmo de Roterdam e Thomas Morus. Observaremos que estes autores não fazem uma crítica aberta e declarada ao clero e à nobreza, antes adotam uma postura conciliadora. O primeiro autor, no livro *Elogio da loucura*, personifica a própria loucura e passa a fazer críticas mordazes às pessoas consideradas ilustres do seu tempo. Porém, não é Erasmo quem fala, mas sim a loucura. Quem pode levar a sério a loucura? O outro autor, no livro *Utopia*, cria uma sociedade imaginária, o que lhe permite criticar os regimes políticos existentes, sem se expor à crítica abrasadora da Igreja, como dizia Voltaire.

A burguesia neste período ainda era frágil. Ela estava em formação e acumulando forças e riquezas que permitiriam um confronto aberto nos séculos seguintes.

Nesse momento era possível somente o tom conciliador. Nas duas obras citadas, os autores não se mostram, propriamente, como narradores das suas histórias, preferindo utilizar uma espécie de “máscara” – no caso de Erasmo, a loucura e no caso de Morus, um local imaginário – para assim poderem revelar certos acontecimentos. A máscara, neste caso, ao invés de esconder, revela, ou melhor, mostra a realidade ao passo que esconde o medo de se expor.

Chamaremos o momento do Humanismo como a era do convite. O segundo momento que marca a transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa, a Reforma, será denominado como a era do desafio.

O estudo do período da Reforma mostra os alicerces da total emancipação, dizendo que o homem poderia contestar a instituição que lhe exigia obediência e fidelidade: a Igreja.

Em termos educacionais, a obra *Didática Magna*, de Comênio, embora seja representante da época da Reforma, assume também um tom conciliador entre a Igreja e a burguesia.

E, por fim, o Iluminismo, movimento iniciado às vésperas da Revolução Francesa, que não precisa mais de nenhuma máscara, pois o desenvolvimento das forças produtivas lhe permite adotar um tom desafiador. É chegada a era da vitória.

Antecipadamente, esclarecemos que para o adequado entendimento dos autores citados, foi necessária uma série de citações de suas obras. Embora as citações tornem o texto um pouco pesado é impossível

dispensarmos-nos de fazê-lo. Por outro lado, por tratar-se de uma sátira, como no caso de Erasmo, o texto torna-se, em alguns momentos, hilário. As críticas de Erasmo à classe dominante do período medieval – leia-se nobreza e clero – são contundentes e fazem rir até mesmo os mais sisudos leitores.

Procuramos evidenciar que o capitalismo, como uma nova forma social, só se constituiu após o esgotamento pleno de todas as possibilidades contidas no feudalismo. Este processo levou cerca de três séculos para se concretizar. De acordo com Marx:

[...] uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade (MARX, 1973, p. 29).

Esta passagem mostra que o capitalismo, certamente, ainda possui muito fôlego para continuar vigente. No entanto, um rápido olhar pela história mostra que nenhuma classe social se eterniza no poder. Para lembrar uma clássica citação de Aristóteles: “Tudo o que um dia teve início não pode ser eterno”.

Também é importante salientarmos que o embate da burguesia com o clero e a nobreza, não apresenta uma forma única e geral em toda a Europa. O embate na França, na Inglaterra e na Alemanha, possuía peculiaridades, que serão explicitadas no decorrer do texto e na medida em que tratarmos de autores como Voltaire, More e Comênio, respectivamente, representantes dos países citados.

## 2 - O Humanismo ou a era do convite

Europa século XVI. Eram tempos de mudanças como os de hoje ou talvez mais. O homem desafiou os mares e partiu em busca de lugares desconhecidos, depositários de seus sonhos de encontrar não somente um lugar melhor para viver, mas um outro modo de vida, uma vida mais verdadeira, mais cheia de sentido. Uma saída honrosa para um período de crises e indefinições. Crise de consciência por descobrir que a Terra não era o centro do universo e crise política com o surgimento de uma nova classe social ameaçando quebrar

a rígida hierarquia medieval. Por detrás de tudo isso, o desejo da burguesia de ampliar os seus mercados e aumentar os seus lucros. Aliás, “lucros” será a nova palavra de ordem desta sociedade nascente.

O conceito de lucro não podia ser contido nos estreitos limites da cultura medieval, que estava impregnada da idéia de que havia um ser supremo, além desta vida, ao qual toda a conduta terrena tinha de obedecer e conformar-se.

A busca da riqueza pela riqueza era considerada incompatível com essa idéia. O capitalismo nascente empreendeu esforços na tarefa de transformar tal ideário para que se harmonizasse com os seus novos propósitos, pois as potencialidades da produção não podiam continuar sendo exploradas dentro dos limites do velho sistema. Surge, então, o Humanismo, não somente um movimento literário, mas um movimento intelectual, que pregava uma mudança de valores e uma nova autoconsciência do espírito humano.

O Humanismo era um movimento liberal e que defendia a tolerância. A doutrina da Igreja medieval era a do pecado original, dividindo profundamente a alma e o corpo, este último considerado a ocasião e o lugar do pecado.

O Humanismo tinha como doutrina a bondade original, a crença grega na unidade do corpo e da alma e que as ações do corpo expressam natural e adequadamente a humanidade da alma. Era patente o interesse pelos escritores clássicos da Grécia e de Roma.

Lembremos o filme *O Nome da Rosa*, baseado na obra de Umberto Eco, mostrando a vida num mosteiro medieval. Inúmeros crimes aconteceram neste mosteiro porque as pessoas tinham contato com as páginas envenenadas de um livro proibido. O livro em questão era uma comédia. Para o teólogo medieval que envenenava as páginas do livro, o maior mal existente era o riso. Ora, compreendemos a sua preocupação, pois o riso leva à tolerância (todo fanático será sempre um sério). A tolerância abre caminho para novas idéias e novas maneiras de ver o mundo.

Erasmus de Roterdã baseia seu livro *Elogio da Loucura*, justamente, no riso. Nesta obra, Erasmo faz troça ao mesmo tempo da vida monástica, dos abusos da Igreja, dos filósofos escolásticos, dos valores da nobreza etc. Porém, seu gracejo nunca é uma injúria. O uso da sátira é um refúgio atraente para aqueles que não querem envolver-se profundamente nos princípios. Assim, o crítico pode manter-se à distância das questões mais fundas que levam os homens a tais atitudes.

Através do riso, Erasmo não se sentia obrigado a ir mais longe na crítica. A bem da verdade, não poderia naquele momento fazer críticas abertas ao clero e à nobreza. A burguesia tinha, naquele momento, uma postura conciliadora. As suas forças produtivas ainda não estavam suficientemente desenvolvidas para uma crítica direta e um rompimento definitivo. Era apenas o momento do convite para o futuro embate.

*Elogio da Loucura* foi publicada em 1511, e por ter sido escrita na casa de Sir Thomas Morus, o título, em sinal de reconhecimento, pretendia ser um jogo de palavras com o nome de Morus: *Moriae Encomium*, ou, em português, “Elogio da Loucura”.

Erasmo era monge e por ser filho ilegítimo, sabia não ser possível esperar, por essa razão, uma grande carreira na Igreja. Conhecia a vida monástica muito bem e, por assim dizer, a conhecia por dentro.

Alguns desses reverendos mostram, contudo, o hábito de penitência, mas evitam que se veja a finíssima camisa, e a roupa de lã sobre a pele. Os mais ridículos, a meu ver, são os que se horrorizam ao verem dinheiro, como se se tratasse de uma serpente, mas não dispensam o vinho nem as mulheres. Não podeis, enfim, imaginar quanto se esforçam por se distinguirem em tudo uns dos outros. Imitar Jesus Cristo? É o último dos seus pensamentos (ERASMO, 1984, p. 105).

Nesta outra passagem, Erasmo critica novamente a Igreja e a vida dos religiosos.

Os que mais concorrem para ouvi-los são as mulheres e os negociantes, cujo afeto os bons pregadores procuram conquistar. Os negociantes, vendo-se adulados e justificados, prestam-lhes de bom grado uma porção de benefícios imerecidos, pois encaram tais donativos como uma espécie de restituição. Quanto às mulheres, têm elas vários motivos secretos para amar os religiosos, quando mais não fosse por encontrarem neles um bálsamo e um consolo contra os desgostos e o enjôo do laço conjugal (ERASMO, 1984, p.113).

Erasmo, no entanto, estava perfeitamente ciente dos perigos da crítica à Igreja. E jamais a faria, sem a “máscara” da loucura.

Talvez fosse melhor não falar dos teólogos, tão delicada é essa matéria e tão grande é o perigo de tocar em semelhante corda. Esses intérpretes das coisas divinas estão sempre prontos a acender-se como a pólvora, têm um olhar terrivelmente severo e, numa palavra, são inimigos muito perigosos. Se acaso incorreis na sua

indignação, lançam-se contra vós como ursos furiosos [...]; mas, se recusais retratar-vos, condenam-vos logo como hereges.” (ERASMO, 1984, p. 95).

Há inúmeras outras passagens na obra *Elogio da Loucura*, nas quais são tecidas críticas à Igreja. Mas a burguesia nascente, classe representada por Erasmo, não tinha só a Igreja como adversária. A nobreza também era dominante no período medieval. Então, Erasmo, com sua fina ironia, não poderia deixar de escarpá-la. Logicamente, sem jamais cair no cinismo e no veneno. Lembramos, também, que neste mesmo fragmento observamos ainda críticas às relações de consangüinidade sob as quais se baseava a nobreza.

Não é raro encontrar, entre estes, os que, com ânimo abjeto e vilíssimas e plebéias inclinações, vos pasmem à força de repetir: sou um fidalgo. Convém provar a antigüidade de suas estirpes? Um descende do piedoso Enéias; outro remonta do primeiro cônsul de Roma; este procede, em linha direta, do rei Artur. Além disso, mostram as estátuas e os retratos dos antepassados: enumeram os bisavós e os tataravós; recordam os antigos sobrenomes e os feitos dos seus maiores (ERASMO, 1984, p. 71 e 72).

*Elogio da Loucura* também é repleto de críticas à filosofia escolástica, devido a sua desvinculação dos problemas relacionados aos saberes práticos e aplicáveis na vida cotidiana. Erasmo tem a compreensão de que um novo mundo nascera e que o pensamento escolástico era anacrônico.

Para a burguesia, o domínio da natureza através da ciência deveria se sobrepor ao domínio da fé. Erasmo, no entanto, se limita a denunciar a infecundidade da escolástica, utilizando a sátira e abrindo caminho para outro filósofo de fundamental importância para a classe social nascente, que iria propor as bases da ciência também nascente e dominaria o universo. Este filósofo é Francis Bacon. Mas, voltemos a Erasmo:

[...] seria de desejar que não tivessem outro defeito a não ser o de falar demais; mas, por desgraça nossa, são sempre discussões de lana caprina, e, à força de discutir para sustentar a verdade (como pretendem eles), perdem de vista, o mais das vezes, a própria verdade. Esses eternos discutidores estão sempre contentes consigo mesmos e, armados de três ou quatro silogismos, sempre dispostos a desafiar para a controvérsia quem quer que seja e sobre qualquer argumento (ERASMO, 1984, p. 93).

E, ainda, esta outra passagem muito ilustrativa:

[...] contribuem para sutílizar ainda mais essas sutílíssimas sutilezas todos os diversos subtérugios dos escolásticos; e assim é que seria menos difícil sair de um labirinto do que desembaraçar-se do embrulho dos realistas, dos nominalistas, dos tomistas, dos albertistas, dos occanistas, dos escotistas - ai de mim! Já me falta a respiração, e, contudo, só citei as principais seitas da escola, não falando de muitíssimas outras (ERASMO, 1984 , p. 97).

Educação e sociedade estão umbilicalmente ligadas. Educação é o processo pelo qual a sociedade forma os seus membros à sua imagem e em função dos seus interesses. Portanto, a definição dos rumos do processo educativo implica, necessariamente, a compreensão da sociedade na qual a educação está inserida e da qual, em hipótese alguma, pode ser desvinculada.

Dentro da obra de Erasmo, merecem destaque dois livros diretamente vinculados à questão educacional, traduzidos recentemente para o português. Trata-se de *A civilidade pueril* e *De pueris* (Dos meninos). Estes opúsculos trazem uma série de regras para o convívio social como aprender a comer, a vestir-se, a sorrir, a assear-se, entre outras coisas. Portanto, para Erasmo, “o homem não nasce homem, mas torna-se homem”.

A natureza humana não é uma dádiva divina, pensamento típico do período medieval, mas, antes, uma atribuição do próprio homem. Talvez a principal característica humana seja o seu caráter social. Nas palavras de Aristóteles, “o homem é um animal político”, quer dizer, um habitante da polis grega ou, por outra, um ente social.

O segredo que torna a vida social possível, que permite a convivência humana – eis a importância dos livros de Erasmo – é a presença de algumas regras que possibilitam a vida em sociedade. A ausência de regras é a própria barbárie. Sem regras é a própria sociedade que sucumbe.

Passaremos, agora, a discutir um outro filósofo, contemporâneo e amigo pessoal de Erasmo: Thomas Morus. Este autor antecipa duas obras do pensamento utópico do século XVII, *A Cidade do Sol* de Campanella e *Nova Atlântida* de Bacon.

A ficção e o enredo romanceado dos pensadores utópicos funcionam como um disfarce, pois estão claramente criticando a sociedade em que vivem e sugerindo princípios mais adequados para a sua regulamentação. Suas obras refletem o profundo impacto que as viagens de descobrimento tinham causado na mente dos homens.

Em Morus, por exemplo, o narrador da história é um português. As viagens tinham destruído o provincialismo medieval, mostrando um crescente racionalismo e o interesse pela ciência e educação. Notamos, assim, que o surgimento da ciência moderna não ocorreu no seio da universidade, pois esta, à época, era hegemonizada pela Igreja e pelo pensamento medieval.

*Utopia* foi escrita por Morus em 1515. O título do livro não poderia ser mais adequado, significa “*nenhures*”, “em lugar nenhum”, ou seja, mais uma vez a utilização da “máscara” - referência a um lugar que não existe - permitiria falar a verdade sem se comprometer.

*Utopia* era a descrição de uma ilha que não existia “em parte alguma” e narra como vivia o povo nesse estado ideal. Contudo, é um livro extraordinariamente realista. Morus era um homem de estado-escritor que captou claramente a realidade política e lidou com os problemas reais do seu tempo, tentando descobrir as causas dos malefícios políticos e oferecendo soluções concretas e cuidadosamente pensadas.

Morus ergueu firmemente a sua *Utopia* sobre uma análise penetrante e realista da causa da miséria humana. Encontrou a causa do mal não nos caprichos de Deus ou em numa conseqüência do pecado original, mas na estrutura social construída pelo homem.

A solução proposta por Morus procura atacar aquilo que seria a raiz de todo o mal e a causa principal dos problemas sociais existentes. Na sua ilha seria abolida a propriedade privada.

Eis o que invencivelmente me persuade que o único meio de distribuir os bens com igualdade e justiça, e de fazer a felicidade do gênero humano, é a **abolição da propriedade**. Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável não terá por quinhão senão miséria, tormentos e desespero (MORE, 1984, p. 206).

Com esta proposta, Morus cai nas graças dos pensadores do socialismo utópico do século XIX, principalmente Proudhon, para o qual “toda propriedade é um roubo”.



Morus propõe em sua obra uma sociedade igualitária, contrapondo-se à rígida e hierarquicamente estratificada sociedade medieval.

[...] aqueles que falam do interesse geral não cuidam senão do seu interesse pessoal; enquanto que lá, onde não se possui nada em particular, todo mundo se preocupa seriamente da causa pública, pois o bem particular realmente se confunde com o bem geral. [...] na Utopia, ao contrário, onde tudo pertence a todos, não pode faltar nada a ninguém, desde que os celeiros públicos estejam cheios. A fortuna do Estado nunca é injustamente distribuída naquele país; não se vêem nem pobres nem mendigos, e ainda que ninguém tenha nada de seu, todo mundo é rico (MORE, 1984 , p. 310).

Dando seqüência a sua penetrante e realística análise dos problemas sociais, embora o título da sua obra sugira o contrário, a *Utopia* de Morus é uma metáfora da Inglaterra de seu tempo. Assim sendo, é destacado o grave problema fundiário de sua época: grandes extensões de terras que eram destinadas à agricultura, empregando inúmeras pessoas e fornecendo alimentação a população mais carente; passaram a ser destinadas a pastagens para rebanhos de carneiros. “Estes animais, tão dóceis e tão sóbrios em qualquer outra parte, são entre vós de tal sorte vorazes e ferozes que devoram mesmo os homens e despovoam os campos, as casas, as aldeias” (MORE, 1984, p. 178).

A Inglaterra, de fato, estava interessada em criar ovelhas em larga escala tendo em vista os lanifícios, seu principal produto de exportação desde o tempo de Morus até o século XVIII.

No entanto, esta forma de uso da terra beneficia poucas pessoas, pois são poucos os donos dos rebanhos e poucos indivíduos na mão-de-obra. Conclusão: o desemprego e a fome aumentaram em proporções gigantescas. Sem terras para cultivar e sem ter como arrumar emprego, os homens partem errantes pelas estradas. Não lhes restando alternativa para não morrerem de fome; alguns passam a fazer assaltos, se tiverem coragem para tanto; outros se transformam em mendigos.

Vale destacarmos aqui a peculiaridade do caso inglês, no qual ocorreu o aburguesamento da nobreza evidenciado na sua perpetuação como classe dominante na sociedade capitalista emergente, à proporção que passa a se dedicar à indústria têxtil. Contrário, vale lembrar, o que aconteceu em solo francês, quando ocorreu o acirramento entre burguesia e nobreza, desembocando na Revolução Francesa em 1789.

Em sua análise, Morus levanta uma questão essencial, de certa forma ainda presente, que é a grande quantidade de leis, formuladas pelos homens na tentativa de resolver os problemas, cuja origem está na forma de organização social. A velha e conhecida atitude reformista de resolver os problemas sociais mexendo apenas nos efeitos, sem tocar nas causas.

O que os utopianos desaprovam especialmente nos outros povos é a quantidade infinita de volumes, leis e comentários, que, apesar de tudo, não são suficientes para garantir a ordem pública. Consideram como injustiça suprema enlear os homens numa infinidade de leis, tão numerosas que se torna impossível conhecê-las todas, ou tão obscuras que se torna impossível compreendê-las (MORUS, 1984, p. 275 e 276).

A proposta de vida social em *Utopia*, prevê um comportamento social repleto de regras. Observemos este fragmento no qual é descrita uma mesa coletiva (todas as refeições são coletivas em Utopia) na hora da refeição principal:.

Preparam-se três mesas ou mais, de acordo com o número de convivas. Os homens assentam-se ao lado da parede, as mulheres ficam dispostas em frente, a fim de que, se alguma for acometida de uma indisposição súbita, o que acontece freqüentemente às mulheres grávidas, possa se retirar sem incomodar ninguém, e ir para os aposentos das amas. As amas se sentam à parte com as crianças de peito, em salas particulares [...]. Os meninos e as meninas, da puberdade até a época do casamento, servem a mesa. Os mais jovens, e que não tem força para servir, conservam-se de pé e em silêncio; comem o que lhes é dado pelos que estão à mesa, e não têm outro momento para fazer as refeições (MORUS, 1984, p. 239 e 240).

É sugestivo contrastar esta sociedade com a Abadia de Thélème, uma comunidade laica e fictícia, criada por Rabelais no seu livro *Gargantua*. Seus membros eram homens e mulheres que tinham feito o voto de cultivar todas as formas de prazer, portanto, rejeitando completamente a vida ascética da Idade Média. Vejamos esta passagem na qual é descrita a forma de organização da vida nesta abadia:

Toda a sua vida era orientada, não por leis, estatutos ou regras, mas de acordo com a própria vontade e livre-arbítrio. Levantam-se da cama quando bem lhes parecia; bebiam, comiam, trabalhavam e dormiam quando lhes vinha o desejo. Ninguém os despertava, ninguém os forçava a comer, nem a beber, nem a fazer qualquer outra

coisa. Assim o estabelecera Gargantua. Todo o seu sistema se resumia nesta cláusula única: Faze o que quiseres (RABELAIS, 1986, p. 248).

Por ironia do destino, um problema levantado por Morus na sua *Utopia*, foi a causa do seu trágico fim e constitui-se uma questão de difícil resposta mesmo na atualidade. Pode um homem honesto e ético atuar dentro de um governo, no qual estes princípios não são considerados e, mesmo assim, alcançar progressos para a causa pública? Esta questão afligia Morus, que recebera um convite para prestar serviço ao governo como conselheiro de Henrique VIII. Na *Utopia*, Morus considera impossível esta tarefa.

Não há, pois, nenhuma maneira de ser útil ao Estado nessas altas regiões. O ar que aí se respira corrompe a própria virtude. Os homens que vos cercam, longe de corrigirem-se com os vossos ensinamentos, vos depravam com seu contato e pela influência de sua perversão; e, se conservais vossa alma pura e incorruptível, servireis de manto às suas imoralidades e loucuras. Não há, pois, esperança de transformar o mal em bem, trilhando o vosso caminho oblíquo, aplicando os vossos meios indiretos (MORE, 1984, p. 204).

A própria vida de Morus dá a resposta para esta questão. Na *Utopia*, o autor coloca a consciência individual em primeiro plano, sobrepondo-se à autoridade onipresente do poder e, assim, desaconselha  qualquer pessoa a ser conselheira de um Estado corrupto. Porém, diante das promessas de Henrique VIII de “liberdade de consciência”, desrespeita seu próprio conselho. Em consequência da sua recusa em reconhecer o casamento de Henrique VIII com Ana Bolena e apesar da tal promessa de “liberdade de consciência”, Morus foi decapitado em 1535.

### 3 - A Reforma ou a era do desafio

O que Erasmo disse a rir, acerca da corrupção da Igreja, disse-o Lutero a sério pouco tempo depois. O Humanismo minou a fé nas tradições e práticas medievais e, inevitavelmente, Lutero transformou esse ataque numa nova teologia. No dia 31 de outubro de 1517 - véspera do dia de todos os santos - Martinho Lutero afixou as suas noventa e cinco teses sobre as indulgências à porta da Igreja de Wittenberg. Com este

gesto levou o descontentamento à ação e colocou em movimento aquela série de acontecimentos a que chamamos Reforma. Estava inaugurada a era do desafio.

Contudo, aqui, novamente, a luta da burguesia contra o clero e a nobreza deve ser compreendida levando-se em consideração as peculiaridades de cada país. Por exemplo, na Alemanha de Lutero a nobreza e o clero se aliam à burguesia para que a sua inevitável derrota e expropriação ficasse restrita à Igreja Católica Medieval.

A Reforma não era contra a doutrina da Igreja Católica como um todo, mas contrária ao poder papal e à supremacia de Roma. Foi uma tentativa de redescoberta das condições da vida cristã. Os seus protagonistas acreditavam que o papa era o anticristo e que, portanto, a obediência ao papa punha em risco a salvação de suas almas.

Observemos os limites da era do desafio, pois apesar dos conflitos militares gerados pela Reforma, os fundamentos da Igreja Católica e, portanto, da sociedade feudal, foram somente abalados. A sua total eliminação ficara a cargo da era da vitória, representada pelo Iluminismo.

Lutero era fundamentalmente um conservador em tudo o que dizia respeito à constituição social. Era contrário, por exemplo, à usura, assim como era hostil aos novos mecanismos de finanças capitaneados pela burguesia e acreditava numa organização social dominada pela revelação sobrenatural, cujos termos eram inteiramente medievais.

A Reforma, no entanto, ajudou muito na divulgação do ideário burguês porque quebrou a supremacia de Roma, imprimindo um sério golpe na autoridade, abalando a influência da tradição medieval sobre a vida dos homens. Além disso, contestou idéias há muito dominantes, dando um profundo ímpeto às concepções da corrente racionalista.

O racionalismo era secular em seus propósitos; almejava outorgar a humanidade um império material sobre a natureza, de acordo com o ideário burguês de transformar o domínio material e científico em domínio político, visando expandir os seus negócios.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



Esse racionalismo também era de índole individualista, pois o colapso da disciplina universal da Igreja significou que o indivíduo estava apto, cada vez mais, a fixar as condições da disciplina que ele próprio aceitaria. Aqui, rememoremos que o fenômeno educativo é uma manifestação do que ocorre na sociedade.

Na sociedade burguesa em formação é valorizado o esforço individual, principalmente no que se refere às novas oportunidades econômicas. O homem típico é o novo mercador, totalmente livre para comercializar; o novo explorador; o aventureiro de novas idéias e pensamentos. A era da Reforma foi pouco mais que o começo desse processo, no qual o desgaste da autoridade eclesiástica perdeu espaço para a emancipação do indivíduo.

No bojo da Reforma surge a primeira proposta pedagógica burguesa mais profunda e de conjunto. João Amós Comênio é seu autor e a expressa, principalmente, no livro *Didática Magna*.

Ao longo desta obra o autor defende a idéia de que a escola seja constituída ao nível das artes - a denominação da manufaturas na época, herdada do artesanato. Logo, toda a organização escolar é pensada tendo como parâmetro a produção manufatureira.

Já na apresentação de sua obra, Comênio diz que um dos objetivos de seu livro é instruir com economia de tempo e fadiga. Na parte onde é descrita a utilidade da arte didática, diz ele que os professores por desconhecerem um verdadeiro método da arte de ensinar, perdem tempo e se fadigam utilizando ora um método e ora outro.

O fator tempo é uma preocupação da sociedade burguesa. A pressa é burguesa e séculos mais tarde surgiria uma máxima criada por um ex-presidente americano, já num estágio mais avançado do capitalismo, que diz: tempo é dinheiro.

Quando Comênio fala em economia de fadiga, entende-se que somente devem ser ensinadas as matérias de comprovada utilidade prática.

Com as grandes transformações ocorridas na sociedade burguesa, as necessidades humanas se modificaram e as escolas deveriam atender estas necessidades, e assim também se transformarem. A proposta educacional de Comênio é perfeitamente coerente com a sociedade burguesa. A nossa análise deve sempre se pautar no homem real, aquele que se fez historicamente.

Quando falamos que a preocupação com o tempo é uma preocupação da sociedade burguesa, inevitavelmente, vem à nossa mente a imagem do instrumento responsável por marcar o tempo e que passa a ser o próprio símbolo desta sociedade: o relógio. Veja esta passagem da obra de Comênio:

Com efeito, assim como o grande mundo é parecido com um enorme relógio, de tal modo fabricado segundo as regras da arte, com muitíssimas rodas e maquinismos que, para produzir movimentos contínuos e perfeitamente ordenados, uma parte os comunica à outra, através de todo o relógio, assim também o homem (COMÊNIO, 1985, p. 111).

E ainda esta outra passagem a respeito do mesmo tema:

Mas que força oculta anima o relógio? Nenhuma outra senão a força da ordem que manifestadamente reina em todas as suas partes, ou seja, a força proveniente da disposição de todas as suas peças que concorrem com seu número, as suas dimensões e a sua ordem para tornar aquela disposição tal que cada peça tem um papel determinado e meios para desempenhá-lo, ou seja, a proporção exata de cada peça com as outras, a harmonia de cada uma com as que lhe estão em relação e leis mútuas para comunicar reciprocamente a força umas às outras (COMÊNIO, 1985, p.185).

Fica, evidente, a vinculação da obra de Comênio com o capitalismo em sua fase manufatureira e, por conseguinte, a defesa da divisão do trabalho.

Quais são os valores importantes para a formação da sociedade burguesa? Vamos enfatizar três destes valores e ilustrá-los com passagens da obra de Comênio, reforçando a vinculação do seu pensamento com o ideário burguês. Primeiro, a valorização da disciplina, e por conseqüência, o afastamento do ócio.

Importa, portanto, com todo o cuidado, manter longe da juventude todas as ocasiões de corrupção, como são as más companhias, as conversas grosseiras, as leituras frívolas e fúteis (pois os exemplos de vícios que se infiltram, quer pelos ouvidos, quer pelos olhos, são venenos para os espíritos); e, finalmente, a ociosidade, para que as crianças, estando sem fazer nada, não aprendam a fazer mal ou se deixam invadir pelo torpor da alma. Será bom, portanto, mantê-los sempre ocupados, quer em coisas sérias, quer em divertimentos. O essencial é que nunca se deixem entregues à ociosidade (COMÊNIO, 1985, p. 350).

Segundo, a valorização do trabalho, ao contrário do que ocorria na Idade Medieval na qual era função exclusiva dos servos da gleba. “Os jovens adquirirão a perseverança no trabalho, se fizerem sempre qualquer coisa, ou a sério ou como divertimento” (COMÊNIO, 1985, p. 347). Terceiro, a importância dada à competição como fator essencial na sociedade burguesa.

[...] se louvarem os alunos mais diligentes (distribuindo mesmo, pelas crianças, peras, maçãs, nozes, doces, etc.) [...] de tal maneira que todas as coisas, mesmo as mais sérias, sejam apresentadas num tom familiar e agradável, isto é, sob a forma de conversas e chamadas, que os alunos, em competição, procurem adivinhar (COMÊNIO, 1985, p. 234-236).

A obra de Comênio é marcada por dois extremos: o misticismo, o homem ligado à religião e, por conseguinte, ao período medieval, o realismo, ou seja, o homem vinculado às transformações da sua época. Como entender esta contradição?

Ora, a proposta pedagógica de Comênio é marcada pela conciliação. A classe burguesa não tinha ainda desenvolvido suficientemente suas forças produtivas a ponto de adotar outra postura. Sua obra reflete o espírito de uma época em que se articulam os primeiros passos do Iluminismo.

#### **4 - O Iluminismo ou a era da vitória**

Os pensadores iluministas não precisam de nenhum tipo de “máscara”, ao contrário dos humanistas. Agora, devido ao poder material adquirido pela burguesia, as críticas poderiam ser abertas e diretas. Não era necessária a utilização de metáforas ou verdades veladas. Chegou a era da vitória da burguesia. Porém, com exceção de Condorcet, todos os outros iluministas franceses morreram cerca de dez anos antes da Revolução de 1789.

A luz foi assumida como símbolo pelo movimento Iluminista e revolucionário, por ser a luz da razão humana a responsável por espantar as trevas que tinham pesado sobre os homens dos séculos anteriores.

Voltaire foi o mais emblemático pensador iluminista. Ele não fazia nenhum tipo de concessão ao passado medieval, ao contrário, por exemplo, de Rousseau, defensor da idéia que a ciência não havia contribuído para aprimorar os costumes dos homens.

Voltaire era um ferrenho defensor da razão e da ciência. Ficou famosa a carta que ele enviou a Rousseau, comentando o seu livro “Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens”.

[...] não se pode pintar em cores mais fortes os horrores da sociedade humana, da qual nossa ignorância e fraqueza esperam tantas consolações. Jamais se empregou tanto engenho em querer tornar-nos animais; dá vontade de andar de quatro patas quando se lê vosso livro. Entretanto, havendo perdido esse hábito há mais de sessenta anos, sinto infelizmente que me é impossível retomá-lo, e deixo essa postura natural a quem dela seja mais digno que vós e eu (ROUSSEAU, 1989, p. 165).

Na obra de Voltaire *Cândido ou o otimismo*, o preceptor de Cândido, Pangloss, é a personificação do filósofo escolástico, cujo saber é infecundo para a sociedade burguesa. “Cândido, educado de maneira a não julgar coisa alguma por si, ficou espantado do que ouvia” (VOLTAIRE, 1977, p.117).

Quanto à atuação do seu preceptor é ilustrativo o seguinte fragmento: “[...] o filósofo Pangloss, provando que a enseada de Lisboa havia sido expressamente feita para que aquele anabatista nela se afogasse. Enquanto assim *a priori* o demonstrava, o navio partiu-se e tudo pereceu” (VOLTAIRE, 1977, p. 41).

A valorização da razão e da ciência dos iluministas se deve ao fato da burguesia ser a maior beneficiária com o desenvolvimento da ciência baseada na observação e na experimentação.

O domínio do conhecimento científico com vistas ao controle da natureza, através da invenção de instrumentos, aparelhos de navegação, armas de fogo etc., possibilitou à burguesia a ampliação dos seus negócios.

Outra passagem de Voltaire é ilustrativa desta preocupação do conhecimento voltado para as coisas da vida prática e de comprovada utilidade: “[...] e como fosse um grande gênio compreendeu, pelo que de



Cândido contaram, que se tratava de um jovem metafísico por demais ignorante das coisas deste mundo” (VOLTAIRE, 1977, p. 31).

O Iluminismo emprega a arma da crítica racionalista para declarar que a liberdade é um bem e as restrições que se impunham são, em sua natureza intrínseca, um mal. É uma sociedade que rejeita as doutrinas do passado porque tem novas necessidades que essas doutrinas não consideram.

Por exemplo, o trabalho e não o ócio é valorizado na sociedade burguesa. Na conclusão, notamos: “Trabalhemos sem maiores discussões disse Martinho, é a única maneira de tornar a vida suportável” (VOLTAIRE, 1977, p.136).

#### Considerações finais

Propositadamente, evitei o termo conclusão para marcar o término deste trabalho. Primeiro porque toda conclusão é sempre provisória e não definitiva, pois a realidade não se congela. E segundo pelo próprio caráter ambíguo da conclusão, uma vez que se por um lado ela marca o ponto final de um trabalho, de uma reflexão embora sempre não acabada sobre determinado tema, por outro, ela constitui-se no ponto de partida para a busca de novos conhecimentos, de novas perguntas e reflexões que o estudo proporcionou.

Procurei demonstrar que o processo de transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa passou por três diferentes momentos: Humanismo, Reforma e Iluminismo.

Em cada um destes momentos, o acirramento da luta entre a burguesia - classe social em ascensão, que aos poucos foi se enriquecendo devido à intensificação do comércio – e as classes sociais dominantes no período feudal: a nobreza e o clero. A luta tornava-se mais acirrada à medida que a burguesia ha de uma base material mais consolidada.

Por isso denominei estes três períodos, respectivamente, de a era do convite, a era do desafio e a era da vitória. Logicamente, sempre atento às peculiaridades locais onde esta luta de classes se desenvolvia.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



Percebemos, também, que cada época histórica produz um ideal de homem que lhe seja compatível. Este homem deve ser educado para responder às necessidades sociais do seu tempo.

A sociedade e a educação são fenômenos interligados e que não podem, jamais, ser analisados separadamente. No decorrer da história humana, observamos que cada formação social correspondia a um ideal de homem.

### Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BRONOWSKI, J.; MAZLISH, B. **A tradição intelectual do ocidente**. Lisboa: Edições 70, 1983.

COMÊNIO, João Amós. **Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

ERASMO e MORE, Thomas. **Elogio da loucura e A Utopia**. 3. ed. Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores)

ERASMO. **De Pueris (Dos Meninos); a civilidade pueril**. São Paulo: Escala, s/d. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, n. 22).

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



MIRANDOLA, Giovanni Pico della. **A dignidade do homem**. Tradução brasileira, notas e estudo introdutório de Luiz Feracine. São Paulo: GRD, 1988.

RABELAIS, François. **Gargantua**. São Paulo: Hucitec, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Ática, 1989.

VOLTAIRE. **Cândido ou o Otimismo**. São Paulo: Ediouro, 1977. (Coleção Universidade de Bolso).